Ambiente & Educação
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533
Volume 25 | nº 3 | 2020
Artigo recebido em: 01/11/2020
Aprovado em: 21/12/2020

Rachel Aline Hidalgo Munhoz
[Graduação em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade Católica de Santos e graduanda em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Paulista, formação em Documentário pela Academia Internacional de Cinema - AIC/SP, mestrado em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande - CAPES/FURG e, atualmente, é doutoranda no mesmo programa CNPq/FURG, com pesquisa direcionada para Educomunicação Socioambiental. Integra o Ribombo - Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação e Gestão Ambiental, Mudanças Climáticas e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em áreas litorâneas].
ORCID ID: 0000-0001-6770-0106

Ana Lúcia Ruiz Goulart
[Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande, Especialização em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera. Cursou Pós-Graduação em Gestão Ambiental em Municípios na FURG. É Mestre em Educação Ambiental, no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. É membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação e Gestão Ambiental, Mudanças Climáticas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em áreas litorâneas – RIBOMBO. Atualmente, é Doutoranda em Educação Ambiental, no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental].
ORCID ID: 0000-0002-3676-717X

Rita Silvana Santana dos Santos
[Docente da Faculdade de Educação da UnB. É líder do Grupo de Pesquisa Rede Experiência, Narrativas e Pedagogias da Resistência e integrante do Grupo de Trabalho ODS/UnB. Atuou como consultora no Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente e em instituições internacionais. Graduada em Pedagogia (UNEB), mestra em Engenharia Ambiental (UFSC) e doutora em educação (UnB).
ORCID ID: 0000-0002-9499-7272

MULHERES, CLIMA E AGENDA 2030: NARRATIVAS VERBAIS-IMAGÉTICA PARA NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS

Women, climate and 2030's diary: verbal imagetic narratives to leave no one behind

Resumo

Este artigo apresenta a interpretação de fotografias como fonte de pesquisa para dialogar com mulheres em suas realidades, compondo tais linguagens com atenta escuta de suas histórias de vida, antes e depois do ato fotográfico. Junto à pesquisa e argumentação, com base nos princípios para territorialização da Agenda 2030, concluiu-se que as identidades reveladas por uma câmera, e pela subjetividade das autoras, produziu singularidades entre duas mulheres agricultoras na Ilha do Leonídio, em Rio Grande-RS, que também são produzidas em outras localidades, frente aos impactos ambientais.

Palavras-chave: Mulheres. Agenda 2030. Fotografia. Mudanças Climáticas. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

This article presents the interpretation of photographs as a source of research to dialogue with women in their realities, composing such languages with attentive listening to their life stories, before and after the photographic act. Along with research and argumentation, based on the principles for territorialization of the Agenda 2030, it was concluded that the identities revealed by a camera, and by the authors' subjectivity, produced singularities between two women farmers on the Ilha do Leonídio, in Rio Grande-RS, which are also produced in other locations, given the environmental impacts.

Keywords: Women. Agenda 2030. Photography. Climate changes. Sustainable development goals.

Introdução

Este trabalho é parte integrante de um projeto que busca contribuir com a potencialização das vozes das mulheres em diferentes espaços de interlocução frente ao silenciamento e subjugação imposta pela colonização e suas diferentes expressões a exemplo do capitalismo, do sexismo e do epistemicídio.

As reflexões compartilhadas nesse artigo emergem das nossas inquietações acerca do espaço-tempo das vozes das mulheres na e para construção da sustentabilidade socioambiental, mais especificamente, como estas podem contribuir com ideias e práticas concernentes a territorialização da Agenda 2030. Para tanto, construímos um diálogo entre os princípios e objetivos da Agenda e a narrativa verbal-imagética de duas agricultoras da região litorânea do Rio Grande - RS, na Ilha do Leonídio.

A partir da composição de diferentes linguagens, utilizamos como método principal os estudos de interpretação fotográfica de Maria Ciavatta (2004;2005) e entrevistas não padronizadas. Ambas as técnicas tiveram, também, como base as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, principalmente, o ODS 5 - Igualdade de Gênero; e 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima.

Dessa forma, apresentamos quatro fotografias produzidas especialmente para este artigo, acompanhadas das falas que indicam condições semelhantes de tantas outras mulheres que “não podem ser deixadas para trás”. As diferentes fontes de pesquisa utilizadas compõem a

narrativa deste trabalho, que não pretende dar-se como encerrado, uma vez que integra parte do percurso investigativo de um projeto voltado para a identificação, reconhecimento e legitimação das vozes das mulheres e suas repercussões para o alcance da sustentabilidade planetária.

A Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável expressa um compromisso assumido por 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas – ONU, que reconhecem a necessidade da abordagem equitativa e articulada entre as dimensões social, econômica e ambiental para o enfrentamento dos problemas socioambientais e a promoção da sustentabilidade.

A proposta da Agenda em "transformar nosso mundo sem deixar ninguém para trás", até 2030, representa uma ousada, mas necessária, ação diante das intensas desigualdades sociais presentes no país e no mundo e do rápido avanço dos impactos resultantes das mudanças climáticas. Para a efetivação da proposta, a referida Agenda é constituída por 5 pilares ou eixos estruturantes, 17 objetivos e 169 metas a serem adotadas conjuntamente por governos, sociedade civil e setor privado.

Os 5 eixos/pilares que subsidiam o alcance dos objetivos e metas, são: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria. Também conhecidos como 5Ps, tais eixos evidenciam que o alcance da sustentabilidade envolve, inevitavelmente, as *Pessoas,* o que inclui a erradicação da pobreza, da fome e a promoção de uma vida digna e igualitária para todos/as os/as seres humanos/as independente de gênero, raça-etnia, credo, dentre outros aspectos identitários. No eixo *Planeta*, enfatiza-se a necessidade de proteger a biodiversidade, dentre outros, por meio de produção e consumo sustentável, de ações voltadas a minimizar as mudanças climáticas geradas pela ação humana, da gestão sustentável das águas, dos ecossistemas terrestres e aquáticos.

Quanto a *Prosperidade* e a *Paz*, destacamos que os bens econômicos, culturais e sociais, assim como viver pacificamente e em um "ambiente

ecologicamente equilibrado e sadio" (BRASIL,1988) devem ser acessíveis a todos/as os/as humanos/as. A paz, a justiça social e climática, e os bens socialmente produzidos não podem ser alcançados por um grupo em detrimento da violência e da degradação para com outros grupos sociais e a "natureza".

Por fim, mas não menos importante, a *Parceria*, ressalta a importância de articulações inter e intra instituições, países, organizações sejam elas públicas, privadas, sociais, comunitárias. Destacamos que a perspectiva de solidariedade global e de participação precisa reconhecer e respeitar as diferenças sociopolíticas culturais, bem como os fatores que geram tais diferenças, muitas vezes expressas por desigualdades sociopolíticas e econômicas. Nessa abordagem, a parceira não pode ser confundida com ações reparatórias que países e instituições precisam realizar diante dos seus históricos processos exploratórios para com outros países, a exemplo do que ocorreu e ocorre entre países europeus em relação aos africanos e latino-americanos.

Transformar o mundo "sem deixar ninguém para trás", a partir desses 5 eixos estruturantes, requer posicionamento crítico para que possamos compreender e implementar os objetivos e metas de uma agenda global. É preciso considerar que apesar dos problemas serem comuns/globais a geração e impactos dos mesmos não são. Essa realidade está expressa nos objetivos que compõem a referida Agenda e impacta também no alcance dos objetivos pelos diferentes Estados-membro.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e suas respectivas metas, intencionam indicar as áreas prioritárias a serem consideradas por todos os signatários da Agenda. Esses objetivos emergem, de um conjunto histórico de debates, encontros e uma consulta coordenada pela ONU, dois anos antes do lançamento da Agenda. Foram considerados ainda, a avaliação realizada dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODM, os resultados da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCC) e da 3ª Conferência internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento (ONU, 2020).

A identificação de pouco progresso em relação a erradicação da pobreza e das ações que geram as mudanças climáticas, o desafio em superar a intensa desigualdade de gênero, mais especificamente das mulheres em relação aos homens, foram alguns dos fatores que também impulsionaram a definição dos 17 ODS, dentre eles a existência de um específico para igualdade de gênero e outro para combater a mudança do clima. Os ODS, têm caráter integrador e indivisível, o alcance de cada objetivo e meta depende e reverbera nos demais. Assim sendo, atravessam e são atravessados entre si, sem, contudo, perder as especificidades necessárias para o alcance de cada um deles.

O ODS 5 “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” reúne um conjunto de metas que transcendem a promoção, pois visa ao alcance da igualdade entre homens e mulheres. Destacamos que no âmbito da Agenda 2030, as metas referentes às mulheres integram também outros ODS, a exemplo do ODS 1- Erradicação da pobreza; ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável, ODS 3 - Saúde e bem-estar; ODS 4 - Educação de qualidade, ODS 6 - Água potável e saneamento, ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 - Redução das desigualdades, ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima e ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

Apesar do avanço quanto a existência de ODS e metas específicas para o alcance da igualdade de gênero, é importante destacar que a abordagem é restritiva a mulher, silenciando a população LGBTQI+, bem como a interseccionalidade com raça-etnia. A ausência de metas com essas especificidades impede a consecução da equidade de gênero em países, a exemplo do Brasil, em que mulheres negras, indígenas, quilombolas, ciganas, ribeirinhas são as mais vulneráveis dentre as mulheres, assim como a população LGBTQI+. Apesar do presente artigo ter como foco as mulheres, consideramos necessário para territorialização da Agenda 2030 e respectivos ODS, incluir na interpretação e no alcance das metas a interseccionalidade e a diversidade sexual.

Tanto a Agenda 2030 quanto os estudos acerca das mudanças climáticas evidenciam a importância das mulheres, seja pelo sexismo que ainda as tornam mais vulneráveis, seja pela potência produtora e educadora. No âmbito do ODS 13, há um destaque para as mulheres, como criadoras, promotoras, executoras e gestoras de medidas para combater a mudança climática. Isso se deve aos diferentes papéis sociais que as mesmas, na maioria das vezes, são obrigadas a assumir. Dentre esses estão a de chefia da família e de educadora, como as responsáveis pela alimentação – aquisição e preparo - pela água, saúde da família, organização da casa, dentre outros. Por outro lado, as vozes das mulheres ainda são pouco ouvidas nos espaços políticos de tomada de decisão, seja pelas dificuldades postas para que as mesmas ocupem esses espaços, seja pela subjugação de suas falas e ideias.

Gênero e Mudanças Climáticas: ODS no Rio Grande do Sul

A igualdade de gênero, nos ODS, está para além de um direito humano fundamental a ser assegurado em todo o mundo. Tem alcance transversal à toda Agenda 2030 e visa assegurar melhores condições de vida a mulheres e meninas, especialmente no combate às discriminações e violências, e na promoção do empoderamento[1] por meio da participação na política, na economia e nas diferentes áreas de tomada de decisão.

Para monitoramento do alcance das metas dos ODS, o Brasil[2] construiu indicadores a serem utilizados pela sociedade civil, instituições de pesquisa dentre outros. Segundo o IBGE (2017), o indicador 5.b.1 que trata da proporção, por sexo, de pessoas de 10 anos de idade ou mais que possuem telefone celular móvel com o objetivo de aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação que podem promover o fortalecimento das mulheres, por situação de domicílio, tem a marca de 70,7% das mulheres na zona rural que possuem esse acesso, enquanto a porcentagem de homens é de 77, 7%.

[1] Aqui foi mantido o termo utilizado pela Organização das Nações Unidas-ONU.
[2] Informações a respeito das instituições envolvidas e outros indicadores podem ser obtidas em https://odsbrasil.gov.br/

O indicador 5.4.1 que contempla a proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos de idade ou mais, por sexo e grupo de idade, demonstra que as mulheres (M) dedicam muito mais horas comparadas aos homens (H), independente da faixa etária (Tabela 1).

ESTADO	TOTAL		14 a 29 anos		30 a 49 anos		50 a 59 anos		60 ou mais	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
RS	60	11,5	4,5	9,2	6,7	12,6	6,5	12,6	6,7	11,7

Tabela 1: Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos

Fonte: elaboração própria

Sobre o indicador 5.5.1 que se refere a proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais, no ano de 2014, no Brasil, o total de cadeiras é 513 e o total de assentos ocupados por mulheres é de 51. Na Câmara dos Deputados, no Estado do Rio Grande do Sul, o total de cadeiras é de 31 e o total de mulheres que ocupam é 1 (IPEA, 2017).

No que se refere ao indicador 5.5.2 sobre a proporção de mulheres em posições gerenciais, por sexo e setor de atividade, no ano de 2017, marca 19,2% de mulheres na indústria. Já nos serviços, a proporção sobe para 80,8% e na agropecuária não constam dados no IPEA para o Estado.

O ODS 13 apresenta a necessidade de medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, que desregulam a economia e afetam pessoas em todos os lugares, principalmente as mais vulneráveis. A fim de - ajudar os países na mitigação dos desastres climáticos, o seu estabelecimento pretende mobilizar atores/atrizes sociais capazes de promover as mudanças necessárias para que as projeções não se efetivem.

Com relação ao indicador 13.1.1, segundo o IPEA, o número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído à desastres por 100 mil habitantes, no ano de 2015 o número é de 1.433,2; no ano de 2016, 187; e no ano de 2017, 384,7 no Estado.

Sobre o indicador 13.1.2, os números podem ser verificados na tabela a seguir:

Indicador 13.1.2 - Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030				
	2015	2016	2017	2018
Existência de conhecimento dos riscos de desastres no Brasil (Nenhuma)	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de sistema de monitoramento e alerta para redução do risco de desastres no Brasil (Nenhuma)	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de Força Tarefa Nacional para redução do risco de desastres no Brasil (Nenhuma)	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de difusão e comunicação para redução do risco de desastres no Brasil (Nenhuma)	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de capacidade de resposta para redução do risco de desastres no Brasil (Nenhuma)	Sim	Sim	Sim	Sim
Fonte: Cemaden MCTIC – Estratégia para redução de desastres no país				

Tabela 2: Estratégias nacionais de redução de riscos e desastres
Fonte: IPEA (https://www.ipea.gov.br/)

O indicador 13.1.3 diz respeito a proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres, de acordo com as estratégias nacionais. Em 2017, no Estado a proporção é de 49,3% com base nas informações básicas municipais.

Os dados acima expostos não se diferenciam muito dos apresentados no Relatório Luz sobre Agenda 2030 no Brasil (2020) indicando os desafios para o alcance das metas voltadas a igualdade de gênero e combate às mudanças climáticas. Por outro lado, nos mostra que as realidades encontradas em contextos específicos indicam semelhanças com o contexto nacional.

Nessa perspectiva, a narrativa verbal e imagética de duas agricultoras da Ilha do Leonídio, em Rio Grande-RS, trazem singularidades e semelhanças produzidas por outras mulheres frente aos impactos ambientais.

Imagens e vozes: caminhos para compreender e dialogar com a realidade

A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa é resultado de uma série de avanços construídos coletivamente nas Ciências por parte de pesquisadores/as que resistiram à tradição do sistema codificado de signos a partir dos cânones tradicionais da comunicação exclusivamente escrita. Entre alguns/mas desses/as investigadores/as, podemos ressaltar os trabalhos de Ana Maria Mauad (1996), Míriam Moreira Leite (2001), Boris Kossoy (2001), Milton Guran (2002) e Maria Ciavatta (2004;2005) que, embora possuam percursos metodológicos distintos, convergem em determinados pontos: a fotografia como recurso viável para a desconstrução do aparente; e a utilização da linguagem verbal/textual para preencher as brechas e os silêncios que as imagens carregam.

Neste trabalho, fazemos uso do método elaborado por Maria Ciavatta (2004;2005), cientes de que, para além disso, a produção aqui referente, trata-se também do espelhamento de nossa própria visão da realidade assistida, uma espécie de síntese - possibilitada pelo registro - que imprime uma posição diante do mundo.

Segundo a autora, o trabalho de interpretação de fotografias deve ser viabilizado a partir de um ponto fundamental: o vínculo entre 1) a imagem, 2) o acontecimento e 3) a representação. Desse modo, é possível construir uma intertextualidade capaz de criar diálogo entre as diferentes fontes de pesquisa (CIAVATTA, 2005). No caso do presente artigo, tais orientações seguem por parâmetros aproximados: 1.1) a iconografia: fotografias; 2.1) a literatura: revisão bibliográfica, documentos; pesquisa e argumentação teórica; 2.2) o oral: uso de entrevistas; e 3) a leitura dos elementos anteriores para gerar interpretação própria sobre o tema; com o objetivo de elaborar diferentes linguagens sobre o mesmo objeto na construção do nosso discurso.

Neste ponto, ressaltamos que as entrevistas, assim como a compreensão do contexto, foram realizadas a partir de roteiro não padronizado, mas que considerou em especial o ODS 5 e 13, como argumentado na primeira seção.

De tal ponto de vista metodológico, em comum acordo com Ciavatta (2005), consideramos a fotografia como fonte histórica analisada pela identificação preliminar das imagens, como o estudo e argumentação sobre o contexto em que estas estão localizadas antes do ato fotográfico. Por outro lado, as fontes orais que aproximamos preteritamente após o ato do registro, junto a composição coletiva sobre tal conhecimento traduzido em linguagem textual, faz com que as fotografias recebam ainda uma "segunda identidade 'revelada'" (2005, pág. 124). Dessa forma, situamos as imagens por meio dos parâmetros elencados, considerando as condições político-sociais e educativas do nosso tempo.

Quando a pesquisadora aponta para a possibilidade de uma segunda identidade da imagem, nos traz o conceito de mediação que implica incluir, como propriedades do objeto, conexões que o determinam em situações de tempo e espaço determinados, uma forma de encontrar perspectiva possível sobre o mesmo afastando-nos do esquema abstrato de uma relação mecânica (CIAVATTA, 2004).

Assim, tal mediação que, neste caso em específico, ocorreu através do suporte fotográfico e das entrevistas, não garante que este movimento possa ser considerado o resultado imediato da atividade social dos/as sujeitos/as. Afinal, a produção imagética, bem como a interpretação de material oral, é um mundo de "verdade e engano", que tem como objeto próprio um duplo sentido, já que o fenômeno que indica a sua essência também a esconde. E a fotografia, principalmente, está entre as formas de representação que criam esse entrelaçamento duplo, uma vez que "a realidade trata-se da unidade da essência da aparência e a essência manifesta-se em algo diferente do que é" (CIAVATTA, 2005, pág. 125).

A partir dessas orientações, propomos o conhecimento deste objeto de modo a criar um cenário de sua estrutura social, com a ciência de que as imagens possuem uma autoria, foram registradas com determinada finalidade e apropriadas para o alcance de uma proposição específica. Da mesma forma, o roteiro preparado para a entrevista também corresponde aos objetivos desta investigação.

Já os resultados que surgem desses esforços, consistem em uma composição autoral, técnica, coletiva (entre pesquisadoras, agricultoras e fontes) e, portanto, repleta de subjetividades que formam as lacunas que objetivamos preencher por meio da investigação que cabe ao trabalho no âmbito da Pesquisa Social.

Caracterização do município do Rio Grande e da Ilha Leonídio: o contexto

O município de Rio Grande é localizado na planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul e possui como ambientes naturais o ecossistema estuarino e o oceano costeiro. Com um território formado por uma faixa de terras baixas, é por meio do canal que passa ao seu lado o Oceano Atlântico, que se comunica com a parte sul da Laguna dos Patos. De acordo com o IBGE (2019), a área territorial de Rio Grande é de 2.709,391 km², dividido em cinco distritos: o 1º, é a própria cidade do Rio Grande, incluindo o Balneário Cassino; o 2º, a Ilha dos Marinheiros e ilhas menores, como a Ilha das Pombas, dos Cavalos, da Pólvora, Leonídio, Caldeirão e da Cabra e Constância; o 3º, o Povo Novo, Torotama, Carneiros, Mosquito e Martin Coelho; e o 4º, o Taim, compreendendo a reserva ecológica, que tem seu território dividido entre os municípios do Rio Grande e de Santa Vitória do Palmar, e o 5º, que corresponde a Vila da Quinta.

Situado na zona oeste do município, o 5º distrito se localiza no encontro entre a BR-392 com a BR-471 e por meio de uma estrada de chão, no interior da Vila da Quinta, que se tem acesso, dentre outras, a Ilha do Leonídio - também conhecida como Ilha do Machadinho. Sendo uma das ilhas formada por origem sedimentar e que compõe o espaço territorial, produtivo e econômico do município, a maioria da população ainda se dedica às atividades do setor primário. No que se refere às atividades da agricultura familiar, estas são desenvolvidas nas pequenas propriedades e minifúndios e se destacam na produção de hortifrutigranjeiros, em um sistema sazonal, dedicando-se a horticultura de cebola, alho, abóbora, couve, repolho, e frutas como melão, goiaba e figo.

Individualmente, a produção familiar não se destaca em números, mas na totalidade das famílias, adquirindo um montante significativo para o município e adjacências. Na Ilha do Leonídio, a produção de alimentos contribui para a qualidade alimentar ao alcance do município e também de cidades vizinhas, como Pelotas, fornecendo uma grande parte da alimentação que abastece a cidade. Tal possibilidade deu-se pela construção da Ponte que interliga a Ilha dos Marinheiros, a Ilha do Leonídio e a Vila da Quinta (CUNHA; QUEVEDO, 2014).

A agricultura familiar é caracterizada pela mão-de-obra da família na maior parte das atividades, inclusive na gerência das terras e tem um peso muito grande na segurança alimentar de toda a população brasileira, sendo a maior fonte de distribuição de alimentos disponibilizados ao consumo. Segundo o censo agropecuário de 2017 do IBGE, a agricultura familiar no país é responsável por empregar 10,1 milhões de pessoas e corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários. Sobre a produção, os homens representam 81% enquanto as mulheres 19%.

As pequenas propriedades não costumam substituir a mão-de-obra dos/as trabalhadores/as por máquinas, mas o uso de tecnologias está sendo uma crescente entre as famílias. Em princípio, nesse modelo, a produção é mais diversificada e de maior sustentabilidade e qualidade, devendo ser menor a necessidade de insumos industriais e defensivos agrícolas, uma vez que são voltados a atender as demandas locais.

Diante da lógica competitiva e globalizada, um dos desafios que se apresenta à agricultura familiar é o uso inadequado e de agrotóxicos, que não apenas descaracteriza o modelo, como também causa efeitos diretos e indiretos na produção, contribuindo para o surgimento de agravos à saúde dos/as trabalhadores/as e da população como um todo.

A maioria das famílias não possui as condições necessárias para ter acesso aos programas de governo e as políticas públicas pensadas e voltadas para essa categoria que são insuficientes, ou incapazes de estimular uma produção orgânica de forma eficiente, impactando na migração interna (AMORIM, 2016).

Segundo o censo do IBGE (2017), é possível verificar que houve uma redução considerável do número da população rural do município por situação de domicílio. Em 2010 era de 7.779, que se comparado ao ano de 1980, era de 8.972, já em 1970, contabilizava 12.592. Vários fatores influenciam essa redução, dentre eles, a não permanência dos/as mais jovens na agricultura, a proximidade do espaço urbano do município, o desenvolvimento de outros projetos como motivadores para a busca de novas oportunidades, o envelhecimento da população no meio rural, a falta de incentivos por parte do governo, o difícil acesso às escolas, a precarização das estradas e redes de telefonia e internet, entre outros, o que preocupa os/as agricultores/as sobre a continuidade de seus lotes pelos seus/suas herdeiros/as mais jovens (NEVES, 2020).

A partir deste cenário, compõem-se, então, peculiaridades culturais, costumes, rotinas e diferentes relações de trabalho entre sujeitos/as que estão habituados/as a distintos processos estabelecidos com o espaço geográfico. Dessa forma, a noção de ambiente, composto por todas essas relações que perpassam as interpessoais, institucionais, de educação e socioeconômicas produzem um conjunto de tradições do lugar, constituindo-se em um espaço formativo o qual nos interessa, aqui, olhar para um dos componentes deste cenário: a mulher agricultora na Ilha do Leonídio.

Interpretação de fotografias a partir de diferentes linguagens

Percorrer a cidade do Rio Grande por meio do acesso até a Ilha do Leonídio nos apresenta um cenário de pequenas propriedades de terra em intensa produção, principalmente no mês de novembro em que, para a família Domingues, consiste no período da colheita de cebola. Atuando por meio da agricultura familiar já há algumas gerações na cidade, os/as três integrantes se dividem em determinadas responsabilidades estabelecidas de forma tradicional nessa família: o marido participa de basicamente todo o processo agrícola de sua chácara e faz o controle financeiro - de compra de materiais e venda de seus produtos - enquanto a esposa, que atua no lavrado desde os 8 anos de idade e detém conhecimentos sobre cada fase das plantações, comenta seguir

as orientações do primeiro, justamente pela falta de tempo em assumir alguma posição de liderança nesta dinâmica. Afinal, seu ofício de agricultora é feito em paralelo às suas atribuições domésticas, que preenchem largo espaço de tempo na sua vida.

Já a única filha do casal, uma estudante de Pedagogia de 21 anos, divide seu dia a dia entre o trabalho na lavoura e os estudos acadêmicos, especialmente no atual período pandêmico em que passou a ter aulas remotas. Por conta de seu ingresso em uma universidade pública, a família resolveu se mudar da casa que ficava na chácara, diretamente no local de trabalho dos/as três, para a Vila da Quinta, a aproximadamente 6 km de distância do local de trabalho. Dessa forma, todos os dias, pai e mãe se levantam na primeira hora do dia e se encaminham para o serviço; e a jovem busca auxiliar aos negócios familiares, sem nutrir tantos planos para um futuro como agricultora.

O itinerário mais comum do dia a dia da família é coberto por um veículo próprio e também pelas linhas de ônibus municipais. A paisagem, nas palavras dos/as entrevistados/as, é dividida entre três universos distintos: o rural - no qual possuem sua origem; o urbano, com o qual foram se acostumando pelas necessidades de serviço público e de comercialização para a sua própria geração de renda; e o acadêmico, no espaço da Universidade Federal do Rio Grande - FURG - local que a família frequenta a partir de sua filha estudante.

A paisagem percorrida ao longo do espaço geográfico é ladeada por um corpo d'água, região chamada de Litoral Médio no Rio Grande do Sul. Este condiciona a presença de dois grandes subsistemas, a Restinga Litorânea e a Restinga Lagunar, que ao sul estão interconectados pelo subsistema estuarino transicional, representados por marismas e dunas vivas (FEPAM,2020).

Este cenário passou por diferentes exposições relacionadas às Mudanças Climáticas, termo aqui adotado pelo que se refere a qualquer mudança no clima ao longo do tempo, seja em razão de variabilidade natural, seja como resultado da atividade humana, conforme definido pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC, 2007). Assim, vale ressaltar que o conceito evoca ainda outras noções que devem ser levadas em conta nesta análise: a vulnerabilidade, a sensibilidade e a capacidade adaptativa. Como um recorte,

direcionamos os três pontos ao modo de vida culturalmente atribuído e/ou resistido pelas mulheres, exemplificadas por mãe e filha da família Domingues.



Imagem 1: Mulher e jovem agricultoras na Ilha do Leonídio
Fonte: arquivo próprio - Rachel Hidalgo

Considerando uma visão holística da natureza, o mundo natural corresponde a um todo integrado, do qual nós e os/as demais seres com os/as quais compartilhamos a vida no planeta, somos partes. Dessa forma, os/as seres humanos/as não somente estão inseridos/as na natureza, mas sim diretamente imbricados/as nela. Por esse motivo, tratá-la como algo que pode ser apropriado representa a sua própria degradação.

Todavia, ao longo da história, a humanidade foi sendo concebida de forma separada. Homens e mulheres foram distinguidos/as entre si, por papéis de trabalho e em relação ao ambiente físico em que vivem. Ao mesmo tempo, a relação entre as mulheres e a natureza foi sendo socialmente construída, a partir de um vínculo antropológico e cultural de cuidado.

Sob o ponto de vista do feminismo cultural, mulheres e natureza estão intimamente ligadas, além de impostas culturalmente, à criação da vida, à experiência de reprodução à continuidade de gerações, em uma ligação entre corpo e planeta. Diferentemente dos homens, que experimentam uma separação da biologia e consideram apenas o trabalho produtivo (SANDILANDS, 1999).

Na fotografia (1), registrada na Chácara da família Domingues, na Ilha do Leonídio, vemos mãe (48) e filha (21) paramentadas com suas roupas costumeiras de trabalho que, segundo elas, "não pode faltar o boné por causa do sol forte[3]". A imagem traz a mulher mais jovem em primeiro plano, com feições que mostram que nem sempre o uso do boné é suficiente para caminhar pela propriedade nesta época do ano. Tal técnica de distância focal nos dá a impressão de sobressalto e tem intenção de sensibilizar para o fato de que ela não está completamente absorvida pela tradição familiar, afinal, como ela mesma diz: "minha geração está em outro nível aqui na Ilha do Leonídio, eu não tenho a agricultura como plano ideal para a minha vida, somente ajudo nos negócios da família quando não estou ocupada com os meus estudos".

Ela explica que, depois do deslocamento da família da Ilha para a Vila da Quinta, onde residem atualmente; e principalmente após o seu ingresso na universidade, percebeu alterações na sua própria cultura. Sua pele pouco apresenta marcas de sol e sua fala é típica de uma jovem estudante: com ideais e diversas críticas a respeito das condições atuais do setor agrícola na cidade e da desvalorização de um trabalho que é tão importante para a sobrevivência da própria região como um todo.

Já em segundo plano, com um pouco menos de nitidez, a mulher mais habituada e absorvida pelo costume de vida na lavoura. A técnica focal ajuda a incorporá-la ainda mais na paisagem. Com uma trajetória voltada diretamente para a Ilha do Leonídio, atuando desde cedo na Agricultura Familiar: "Aqui nasci, me criei, trabalhava com os meus pais e depois aqui também me casei. Continuo nesse lugar e eu gosto dessa vida. Quando estou na Quinta, sinto falta desse lugar", confessa.

[3] As entrevistas foram concedidas às autoras no dia 15 de novembro de 2020, especificamente para este artigo.

A escolha do enquadramento mostra em último plano uma linha oblíqua das plantações de cebola que as duas manejam juntas. E a luz natural do sol, que distribui brilho desuniforme na foto, tem o objetivo de transmitir os vários nuances que fazem parte da vida das mulheres na zona rural; e também das duas que estão representadas na imagem, pois há nelas uma pluralidade intrínseca geracional, racional e pessoal. Em contrapartida, o contraste acentuado pretende passar a mensagem de potência e relevância da participação do trabalho das duas para a sobrevivência da própria família.



Imagem 2: Mulher agricultora
Fonte: arquivo próprio - Rachel Hidalgo

A segunda foto (2) tem enquadramento em close da mãe, em alto contraste. O objetivo foi captar as marcas deixadas em sua pele por uma vida de trabalho ano após ano sob diferentes climas, em quase 40 anos de experiência na agricultura em sua região. Seu olhar direcionado para cima, por meio de um ângulo que superioriza sua posição, representa o orgulho de sua própria força de trabalho que fica implícito na imagem e inferido por meio do

diálogo compartilhado. “Existem preconceitos com mulheres que trabalham com a terra. As pessoas sempre olham de uma certa forma, mas eu acho que é um trabalho como outro qualquer, de igual importância”, comenta.

Apesar do tempo investido na profissão, não possui nenhum tipo de registro ou participação em qualquer coletivo ou sindicato. “Meu marido é associado com essas coisas e eu sou dependente dele. Eu nem sabia que mulher podia participar, só convidam ele. Se me convidassem, eu ia, seria bom aprender algumas coisas”. Entretanto, durante a sua fala, ela mesma repensa: “o serviço doméstico é só meu e isso é o dia inteiro, sobra pouco para outras coisas que eu invente de fazer”. Talvez, entrelaçando o seu serviço doméstico e os cuidados com a família, com a sua segunda jornada de trabalho na agricultura, algo que parece ser indivisível para ela, já que é o trabalho familiar, que conta com a participação dos/as três integrantes, que gera o sustento da casa.

Se considerarmos as formas de produção local relacionadas ao meio ambiente, as mulheres são as principais responsáveis pela segurança alimentar e pela saúde das famílias. É o exemplo das agricultoras da Ilha do Leonídio, que estão inseridas diretamente na dinâmica de produção e na cadeia produtiva, contribuindo com o sustento de suas famílias e das suas comunidades, embora nem sempre com a mesma voz e direitos dos homens.

A ONU, inclusive, destaca o protagonismo das mulheres nas ações locais, regionais e globais de manejo e sustento dos “recursos” naturais. Desde a Agenda 21, propõe que os governos avancem cada vez mais na implementação de estratégias que contemplem o papel fundamental das mulheres na dimensão social e política das questões ambientais.

De acordo com Souza Santos *et al.*:

> as mulheres detêm um papel dominante na produção agrícola, na manutenção do lar, na gestão da economia doméstica, na preparação e processamento de alimentos e no cuidado das crianças, seria mais fácil para elas identificar problemas ambientais, até por serem as principais vítimas desses problemas (SOUSA SANTOS *et al.*, 2006).

Apesar do pensamento do autor, são poucas as mulheres que tomam a frente das decisões em relação ao trabalho no local e isso se dá também não somente pela falta de reconhecimento entre seus pares, como também por uma força motriz que historicamente colocou as mulheres em situações de

subjugação. No caso da mulher na imagem, cria-se um grande paradoxo quando, depois de explicar em detalhes cada movimento necessário para o manejo de suas plantações, conhecimento em relação ao clima adequado para cada alimento que produz, entre outros, elas nos diga: “Olha, eu não sei muito sobre meio ambiente, meu marido sim, mas eu não”.

E foi justamente essa fala que nos inspirou o registro da maneira como foi realizado. Uma mulher de cabeça erguida, paramentada, com a sua pele exposta e em evidência, destacada do fundo da imagem, com rosto situado exatamente entre os quatro pontos produzidos pelas Regra dos Terços na fotografia[4] (WHITE *et al.*, 1981) - que posiciona o objeto de interesse para onde se quer direcionar o olhar do espectador/a na imagem. Tal movimento busca imprimir na representação uma história de força e resistência, apesar do lugar que ela imagina precisar ocupar na sociedade.



Imagem 3: Jovem mulher agricultora e as diferentes dimensões da sua realidade objetiva
Fonte: arquivo próprio - Rachel Hidalgo

[4] A Regra dos Terços é um exercício visual onde o/a fotógrafo/a divide a imagem, mentalmente, em três terços verticais e horizontais para obter um total de nove quadrados. As quatro esquinas do quadrado central revelam quatro pontos de interesse da imagem e são nestas zonas que os elementos de interesse da imagem devem ser posicionadas, elas funcionam como uma espécie de direção para aquilo que se quer focar (WHITE *et al.,* 1981).

Como já mencionado neste artigo, verificou-se por meio de censo uma redução substancial na população rural em Rio Grande. Entre os fatores já apresentados que incidem sobre este fato, destacamos a falta de interesse entre os/as mais jovens em seguir o ofício de suas famílias, o que resulta na migração rural-urbana. E este é o caso da família Domingues que, para que sua única filha pudesse ter acesso mais facilitado à universidade, mudou-se da Ilha do Leonídio para uma área urbana vizinha - apesar de continuarem atuando na agricultura no local de origem.

Esse deslocamento que se produz dia a dia, entre horário de trabalho e estudos na vida da jovem representada na imagem, é resultado de processos já investigados desde os anos 90 por pesquisadoras como Anita Brumer (2004), que conclui que existem motivos consistentes para um maior número de mulheres na faixa etária de 20 a 25 anos decididas pela transposição de meio de vida:

> A seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra (BRUMER, 2004, p. 2010).

Como coloca a autora em estudo realizado especificamente no Rio Grande do Sul, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens. No caso da fotografia (3), a jovem centralizada na imagem está emoldurada pela paisagem que compõe o cenário diário de sua família, que conta com uma iluminação proeminente da luz solar em conjunto com um trabalho de edição que pretende sublinhar o assunto. Em contrapartida, sua figura, quase por completa, está coberta pelas sombras produzidas pela mesma fonte de luz natural.

Tal jogo de luz e sombra possibilitada pelo suporte fotográfico e de ferramentas de edição remetem-se ao tripé de entrelaçamento do conjunto fotógrafo/a-câmera-assunto, que também aborda Ciavatta em seu estudo metodológico (2005). Para ela, a fotografia parte de uma ação proposital de

alguém, sobre um fragmento do espaço-tempo e sobre os recursos tecnológicos disponíveis. Dessa forma, deixa explícito que os componentes fundamentais desses processos de produção imagética são consequentes das escolhas da profissional no ato fotográfico, que opta por um aspecto particular da cena.

Com isso, revelamos o sentimento de translado da personagem, que tanto a imagem criada, como o diálogo inferido por meio de entrevista, imprimiu em nossa investigação. As sombras trabalham a favor de uma espécie de atenuamento da jovem na paisagem, ainda que se evite deixar sua figura em completo anonimato. Afinal, ela continua a dividir-se entre as duas esferas que se complementam de alguma forma em sua vida: “vou para a faculdade e digo que sou agricultora e todos esperam outro tipo de gente, que se veste mal, não sabe falar direito. Me perguntam se eu ando de trator. E todos ficam impressionados com algo que acho tão natural”.

Por outro lado, a jovem também problematiza questões que reconhece no setor. Assim como identificado por Brumer (2010), conta que a viabilização do trabalho masculino na lavoura se dá por uma questão de tradição: “Os homens acompanham os seus pais desde pequenos, meu pai sempre acompanhou mais que as minhas tias, que ficavam na lida da casa, então tudo ficou para ele”.

E de seu pai, como única filha, sabe que irá herdar os lotes familiares apesar da ausência desse tipo de recorrência nessa tradição. Entretanto, ela já tem outros planos: “‘Isso tudo aí vai ser teu’, me dizem, mas vou vender, não tenho muitos projetos com isso. Se fosse mais valorizado, me estimularia mais a continuar o legado dos meus pais”.

Sua fala, e a representação que se reforça na imagem, vai de encontro com os dados levantados neste artigo: as consequências do desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas desempenhado pelas mulheres como mão de obra familiar, muitas vezes, não remunerada, e desvalorizada.



Imagem 4: Mulheres, tecnologia e aparatos de auto-defesa
Fonte: Arquivo próprio - Rachel Hidalgo

Como já assinalado nesta seção, as pequenas propriedades agrícolas sofrem diante da corrida exigida pela lógica capitalista, a qual possui a capacidade de substituição do serviço braçal por maquinários de alta potência e o substancial aumento de sua produção por meio do uso de produtos responsáveis não somente pela contaminação da população, como também de efeitos diretos à qualidade de vida dos/as trabalhadores/as que procuram, de alguma forma, entrar na concorrência desigual. Este movimento que afeta aos/às seres, incide também, como aspectos indissolúveis, nas mudanças ambientais locais e globais.

No que diz respeito ao emprego de agroquímicos, homens e mulheres acabam por se expor a uma série de riscos que podem afetar o organismo humano, ocasionando distúrbios que vão desde dores de cabeças a tremores, incluindo tonturas e, em alguns casos, perda de consciência e desmaios (EDDLESTON *et al.*, 2008). Além disso, o recurso de insumos industriais e defensivos agrícolas interferem nos ecossistemas de diferentes formas, os

quais somente são observados sob o ponto de vista econômico, sobrepujando a capacidade de resistência do planeta.

De outro ponto de vista, a utilização de equipamentos nos pequenos lotes de terra, na medida em que as famílias conseguem adquiri-los para reforçar a produção, são destinados, em alguns casos, ao trabalho de homens e mulheres. No entanto, na maioria deles, somente os homens recebem o treinamento necessário para a segurança da operação, sendo que as demais trabalhadoras passam a seguir orientações ou são excluídas da atividade (BRUMER, 2004). Tal capacitação não se refere somente a questão de maquinários ou produtos.

A noção de autodefesa durante o manuseio destes, ou de sua propriedade, também está relacionada aos possíveis desastres provocados por este tipo de ação humana em todos os lugares do planeta que vivem em um regime de interdependência. Tendo como base as mudanças climáticas, um relatório divulgado pelo Fundo para População das Nações Unidas (2009) afirma que as mulheres são as que menos contribuem para o aquecimento global. Ao mesmo tempo, são as que vivem em condições de maior vulnerabilidade social e, por isso, sofrem com as consequências na saúde, na educação, nas chances de trabalho e remuneração, na mobilidade, na qualidade de vida, dentre outros, ainda que sejam um eixo central para combater tais impactos. Tal condição, aumenta a sua inferioridade na sobrevivência em relação aos desastres, como tempestades, incêndios, enchentes, secas, ondas de calor, doenças, acidentes de trabalho, dentre outras.

A cada ano, de acordo com o relatório da *Women's Environmental Network* (eeWEN – Rede Ambiental das Mulheres, 2010), mais de 10 mil mulheres morrem em desastres relacionados à mudança do clima, contra 4.500 homens, além de representarem 80% dos/as refugiados/as de catástrofes naturais. Dos/as 26 milhões de pessoas que perderam sua habitação e seus meios de sobrevivência em razão da mudança climática, 20 milhões são mulheres.

"Se eu tivesse algum problema com o meu atual tipo de vida, sozinha, eu acho que não teria como me defender. Eu não sei, acho que se tivesse que

me virar faria artesanato que é o que eu sei fazer também", nos explica a mulher que vemos na fotografia acima (4). Nesta, é evidenciado, de forma intencional, um dos apetrechos do trator conduzido pela mulher, o volante. Este, que é responsável por dar a direção ao veículo de acordo com a sua operadora e está à direita do olhar do/a espectador/a da imagem, ocupando grande proporção na foto, acompanhado pelas mãos da personagem, onde o foco da objetiva trabalhou mais intensamente.

O trabalho técnico também levou em consideração a mulher em segundo plano, que chama menos atenção pela presença proposital de ruídos nessa camada da imagem. Além disso, o enquadramento não contempla o caminho, isto é, não sabemos a trilha percorrida pelo veículo automotor que a mulher conduz. Em outras palavras, tentou-se criar para essa fotografia uma espécie de *diegese*[5], uma dimensão "ficcional" própria da narrativa da imagem, que coloca o/a espectador/a dentro do espaço da ação enquadrada. E isso faz com que a capacidade analítica de quem vê seja obliterada em paralelo com a possibilidade inventiva que esse mesmo processo produz.

Tal representação considera a condução para um lugar incerto, em que as mãos que as levam separam-se do restante do seu corpo por meio das camadas ópticas. E a mensagem textual-imagética a que nos propomos, leva em conta a vulnerabilidade das mulheres diante de sua própria capacidade adaptativa em relação às ações provocadas pelas interferências no ecossistema anteriormente elencados.

Além do menor aparato de defesa já imbuído por menos instrução, apontamos ainda outros fatores que extrapolam a problemática: a negação dos espaços de fala para ingressar em debates sobre as condições de trabalho e relação com o meio que ocupam, por exemplo, a respeito dos impactos ambientais e as mudanças climáticas de sua região; a falta de participação nas tomadas de decisão em todas as esferas políticas, dentre outras realidades observadas não somente no Brasil, como em inúmeros países. Sem um aparato de autodefesa, a vulnerabilidade frente a um desastre é

[5] Conceito de narratologia, estudos literários, dramatúrgicos e de cinema que diz respeito à dimensão ficcional de uma narrativa. A diegese é a realidade própria da narrativa ("mundo ficcional", "vida fictícia"), à parte da realidade externa de quem lê (o chamado "mundo real" ou "vida real") (XAVIER, 2014).

indubitavelmente maior (*United Nations Office for Disaster Risk Reduction*, 2012).

Considerações Finais

No percurso deste trabalho, buscou-se refletir a respeito do espaço-tempo das vozes das mulheres, especialmente diante da Agenda 2030, que reconhece as vulnerabilidades impostas às estas e a necessidade de superação desses problemas, e dos impactos resultantes da degradação ambiental, dentre eles, as mudanças climáticas.

Os impactos ambientais não atingem as pessoas de igual forma, especialmente meninas e mulheres independente dos contextos geográficos em que se encontram. Se, conforme estabelece a Agenda, os ODS só podem ser alcançados se "não deixarem ninguém para trás", há de ser considerados os grupos mais vulneráveis e suas demandas específicas.

O uso da interpretação de fotografia como fonte para dialogar com as pessoas em suas realidades revelou-se como importante recurso para o processo de territorialização da Agenda 2030, pois permitiu a todas as mulheres dessa pesquisa envolverem-se a partir das vozes, gestos e imagens com os modos de ser, viver e produzir.

Os aspectos referentes à participação política das mulheres, seja no sindicato, seja nos parlamentos ou em outros espaços políticos de tomada de decisão; o tempo destinado ao trabalho e ao cuidado doméstico; a desvalorização do trabalho com a terra em detrimento às atividades acadêmicas; o papel da mulher na produção e preparo dos alimentos; a agricultura familiar como possibilidade de construção de vínculos sustentáveis e identitários; são alguns dos exemplos que revelam as desigualdades e a importância das reflexões das mulheres como possibilidades de autocrítica e proposições para transformar a realidade.

Como vimos, a questão ambiental não é neutra em caráter de gênero e a promoção de uma vida digna e igualitária para todos/as os/as seres humanos/as, "sem deixar ninguém para trás", perpassa por reconhecer a equidade como uma das condições para construir ideias e ações de combate às mudanças climáticas.

Referências

AMORIM, Cristiano da Silva. **As políticas públicas na agricultura familiar do Município do Rio Grande/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, p. 110. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22de novembro de 2020.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul *In*: **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100011&script=sci_abstract&tlng=es Acesso em 25 de novembro de 2020.

CIAVATTA, Maria. Mediações do Mundo do Trabalho: a Fotografia como Fonte Histórica *In*: LOMBARDI *et al* (Orgs). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3ª edição. Campinas-SP: Autores Associados, Histedbr, 2005. (Coleção educação contemporânea).

CIAVATTA, Maria; ALVES, N. (Orgs). A leitura de imagens na Pesquisa Social: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

CUNHA, Neide da Silva; QUEVEDO, Pedro de Souza Neto. A transformação da paisagem da Ilha dos Marinheiros em Rio Grande (RS) a luz da resiliência socioecológica. **3° Colóquio Ibero-Americano: paisagem cultural, patrimônio e projeto.** Desafios e perspectivas: Belo Horizonte, 2014. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/artigos/pdf/185.pdf Acesso em 20 de novembro de 2020.

EDDLESTON, Michael *et al*. Management of acute organophosphorus pesticide poisoning *In*: **The Lancet**, v. 371, n. 9612, p. 597-607, 2008.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER - RS. Litoral Médio. Disponível em:

http://www.fepam.rs.gov.br/programas/gerco_medio.asp#:~:text=O%20Litoral%20M%C3%A9dio%20do%20RS,e%20de%20planejamento%20desta%20regi%C3%A3o. Acesso em 25 de novembro de 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO (UNFPA, sigla em inglês). **Relatório sobre a Situação da População Mundial 2009**. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/swop2009/swop2009.pdf Acesso em: 20 de novembro de **2020**.

Grupo de trabalho da sociedade civil para a Agenda 2030. **IV Relatório Luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável** BRASIL. Disponível em https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por_rl_2020_web-1.pdf. Acesso 24 nov.2020

GURAN, Milton. Linguagem fotográfica e informação. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em https://odsbrasil.gov.br/. Acesso em 21 de outubro de 2020

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Rio Grande do Sul, 2019.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change, 2007. **AR4 Climate Change 2007: Synthesis Report**. Disponível em:

https://www.ipcc.ch/report/ar4/syr// Acesso em 23 de novembro de 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ipea, 2017.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. Edusp, 1993.

LUZ, Tania Ferreira da. **A representatividade da agricultura familiar no espaço agrário do Município do Rio Grande/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, p. 105. 2014.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces *In*: **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: https://www.academia.edu/download/31052117/Fotografia.pdf Acesso em 21 de novembro de 2020.

NEVES, Gabrielle Lopes das. "**Esse lugar aqui é a ilha, é a Marambaia (...) eu tomo banho de praia, planto semente, um monte de fruta**": As infâncias e a Educação Ambiental na Escola de Ilha. (Dissertação). 144f. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - PPGEA/FURG, 2020. Disponível em: https://ppgea.furg.br/images/sampledata/0000013716.pdf Acesso em 25 de novembro de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs >. Acesso em 25 de novembro de 2020.

Organização do Reino Unido Gender and the Climate Change Agenda, 2010. Disponível em: www.wen.org.uk .Acesso em 25 de novembro de 2020.

SANDILANDS, Catriona. **The Good-Natured Feminist**: ecofeminism and the quest for democracy. Minneapolis: University of Minessota Press. 244 p, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. A. 2006. Conhecimento e Transformação Social: por uma Ecologia de Saberes. In: Hiléia: **Revista de Direito Ambiental da Amazônia**. ano 4, n.º 6. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura / Universidade do Estado do Amazonas, jan./ jun. p. 11 – 103

WHITE, Gwen; JARDIM, Conceição; NOGUEIRA, Eduardo Lúcio. **Perspectiva: para artistas, arquitectos e desenhadores**, 1981.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. Estratégia Internacional para Redução de Desastres, 2012. **O desastre sob o enfoque de novas lentes: para cada efeito, uma causa**. São Paulo, CARE Brasil. Disponível em <http://www.bombeiros.go.gov.br/wpcontent/uploads/2012/06/o-desastre-sob-o-enfoque-de-novas-lentes1.pdf> Acesso em 25 de novembro de 2020.